

CONJUNTURA

Prévia da inflação rompe teto

Com alta de 0,34% em dezembro, IPCA-15 acumula, desde janeiro, avanço de 4,71% em 2024, de acordo com dados do IBGE

» ROSANA HESSEL

Carestia

Após subir 0,34% em dezembro, prévia da inflação oficial, o IPCA-15, acumula alta de 4,71% e fica acima do teto da meta

A prévia da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou alta de 0,34% em dezembro, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado ficou 0,28 ponto percentual abaixo do resultado de novembro, de 0,62% e também foi inferior às estimativas do mercado, em torno de 0,46%.

No acumulado em 12 meses, o indicador registrou alta de 4,71%, acima do limite superior da meta de inflação, de 4,50%, o que mantém aceso o sinal de alerta em relação ao Banco Central na condução da política monetária.

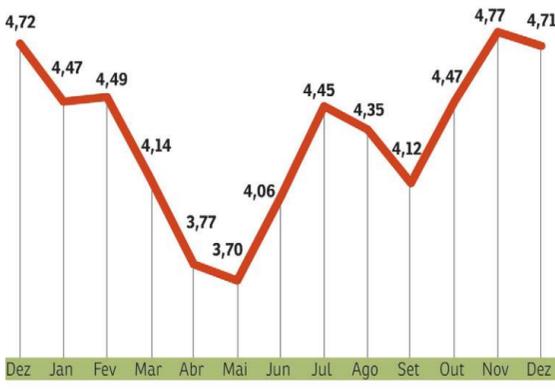
Conforme dados do boletim Focus, do BC, a mediana das apostas do mercado para a taxa básica da economia (Selic) no fim de 2025 passou de 12% para 14,75% ao ano enquanto o dólar segue sendo negociado acima de R\$ 6 em meio ao grande volume de saída de dólares para o exterior. Até o último dia 20, o saldo das operações de câmbio no país ficou negativo em US\$ 19,9 bilhões, segundo dados do BC.

Apesar da desaceleração no ritmo de alta da prévia da inflação, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados para o IPCA-15, cinco tiveram alta em dezembro, de acordo com o IBGE. Alimentação e bebidas foi responsável não só pela maior variação mensal, de 1,47%, como também pelo impacto positivo mais acentuado, de 0,32 ponto percentual. No acumulado do ano, a variação acumulada dessa categoria foi de 8%, contribuindo com impacto de 1,68 ponto percentual na variação anual.

O dado do indicador abaixo do esperado pelo mercado foi resultado, por exemplo, da



IPCA-15 - VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES — EM %



Fonte: IBGE

desaceleração da alta de preços das passagens aéreas e do impacto negativo observado no grupo habitação, de 0,20 ponto percentual decorrente da queda de

1,32% no mês. Esse recuo, inclusive, ocorreu graças ao tombo de 5,72% nos preços da energia elétrica em dezembro — devido ao retorno da vigência da bandeira

tarifária verde, no início do mês, com a qual não há cobrança adicional nas futuras.

Não à toa, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

manterá a bandeira verde em janeiro (ver matéria abaixo).

Na avaliação de Luciana Rabelo, economista do Itaú Unibanco, apesar da surpresa

4,50%

Limite superior da meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, com piso de 1,50%

baixista no IPCA-15 de dezembro, “o qualitativo seguiu piorando na margem (mais do que o esperado), com aceleração em serviços subjacentes, refletindo altas maiores do que o projetado em alimentação fora do domicílio e cinema, além dos grupos mais ligados à atividade econômica que seguiram rodando em patamar alto”.

O economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, ressaltou que os preços em alimentação em casa e passagens aéreas surpreenderam para baixo, mas ainda houve pressões intensas sobre os serviços, como os sensíveis à política monetária, que registraram aumento de 0,71%, acima do esperado, acumulando em 12 meses alta de 5,74% até dezembro, taxa superior aos 5,32% registrados no mesmo período até o mês passado.

Com base nos dados do IBGE, Ramos destacou que a média das cinco principais medidas do núcleo de inflação, apresentou leve aceleração entre novembro e dezembro, passando de 0,40% para 0,41%. No acumulado em 12 meses, a média dos núcleos passou de 3,95% para 4,08% na mesma base de comparação. Enquanto isso, os custos dos serviços sensíveis à mão de obra também aceleraram e subiram 0,57% em dezembro, com a medida anual agora em 5,45% contra 5,34% registrados em novembro.

Divulgação ANEEL



Agência retirou a taxa extra na conta de luz em dezembro

Aneel mantém bandeira verde em janeiro

A fim de contribuir para diminuir as pressões inflacionárias no primeiro mês de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou, ontem, a manutenção da bandeira tarifária verde para janeiro. Com isso, não haverá custo adicional na tarifa de energia no primeiro mês do próximo ano.

A justificativa central é a redução no custo de energia, a partir de condições favoráveis para a geração no país. Com a seca histórica no segundo semestre deste

ano, a Aneel havia acionado a bandeira tarifária vermelha patamar 1, em setembro, pela primeira vez em mais de três anos.

Gatilho

Além do risco hidrológico (GSF), outro gatilho para o acionamento da bandeira mais cara foi o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) — valor calculado para a energia a ser produzida em determinado período. O PLD iniciou essa semana

no patamar regulatório mínimo, de R\$ 61,07 por megawatt-hora (MWh), em todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

As projeções de inflação do Banco Central já consideram uma melhora nas condições climáticas que influenciam no acionamento da bandeira tarifária de energia, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de dezembro, divulgado na última quinta-feira (19).

O sistema de bandeiras tarifárias, criado em 2015, vai fechar o

ano de 2024 com a marca de 61 acionamentos nas classificações amarela, vermelha 1, vermelha 2 ou, com maior impacto, a classificação “escassez hídrica”.

O sistema visa atenuar os impactos nos orçamentos das distribuidoras de energia. Na série histórica, o maior período em que a bandeira tarifária ficou verde foi de abril de 2022 até julho deste ano. O retorno da bandeira verde ocorreu em dezembro. (Com informações da Agência Estado)

CRÉDITO

Juro do cartão chega a 445,8% ao ano

» VANILSON OLIVEIRA

Os juros médios cobrados pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu 6,9 pontos percentuais, entre outubro e novembro, de 438,9% para 445,8% ao ano, informou, ontem, o Banco Central.

Segundo a instituição, a taxa do crédito parcelado no cartão passou de 180% (dado revisado) para 183,3% ao ano na mesma comparação. Considerando o juro total do cartão, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 82,2% (dado revisado) para 83,2% ao ano, na passagem entre os dois meses.

O Congresso Nacional definiu em lei que os juros do rotativo e do parcelado não poderiam ultrapassar 100% do principal da dívida, caso os bancos não chegassem a um acordo sobre o assunto, chancelado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como não houve consenso, o teto para os juros e encargos da modalidade passou a valer no dia 3 de janeiro de 2024.

As taxas apresentadas pelo BC podem sugerir, portanto, que os bancos estejam descumprindo a lei, mas o que acontece é apenas um registro estatístico. Para chegar às taxas anuais, a autoridade monetária extrapola o juro cobrado ao mês pela instituição financeira para o ano. Essa taxa nem sempre é efetivada, já que os consumidores normalmente ficam “pendurados” no cartão por apenas dias ou semanas.

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, explicou que a instituição não pretende descontinuar essa série histórica, porque ela ainda serve como referência para mostrar a velocidade de aumento ou redução dos juros e também porque é um dos componentes para se chegar à taxa cobrada pelo sistema como um todo.

Conforme os dados do relatório do BC, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro cresceu 1,9%, em novembro, somando R\$ 18,2 trilhões, representando 156% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O

Raphael Ribeiro/BCB



Conforme dados do BC, taxa anual cobrada no rotativo nem sempre é efetivada devido a mudanças nas regras

crédito ampliado para empresas totalizou R\$ 6,5 trilhões (55,5% do PIB), com um avanço mensal de 2,6%. Já o crédito destinado às famílias alcançou R\$ 4,2 trilhões (35,8% do PIB), com alta de 1,1% no mês e 11,8% nos últimos 12 meses. Esse avanço foi puxado, sobretudo, pelo crescimento dos empréstimos do Sistema

Financeiro Nacional (SFN).

De acordo com o relatório, o saldo das operações de crédito do SFN somou R\$ 6,3 trilhões, em novembro, registrando um aumento de 1,2% em relação ao mês anterior. Conforme os dados da autoridade monetária, esse crescimento foi distribuído entre 1,4% no crédito às empresas

(R\$ 2,4 trilhões) e 1,0% no crédito às famílias (R\$ 3,9 trilhões). No acumulado dos últimos 12 meses, houve uma aceleração leve, com alta de 10,7%, frente a 10,6% registrados até outubro.

A taxa média de juros nas concessões de crédito atingiu 28,6% ao ano, em novembro, com aumento mensal de 0,5 ponto percentual.

» Busca por empréstimos

Após crescer 8,8% em outubro, a busca dos brasileiros por recursos financeiros desacelerou em novembro ao avançar 1,6%, na comparação com o mesmo período de 2023, segundo o Indicador de Demanda dos Consumidores por Crédito da Serasa Experian. “O recebimento do 13º salário incentiva o consumo e a tomada de crédito, especialmente para cobrir gastos sazonais ou antecipar receitas”, disse a economista da entidade, Camila Abdelmalack.

Nas operações para empresas, chegou a 19,4% ao ano, e, para famílias, alcançou 33% anuais.

A inadimplência, medida pelo saldo de crédito com atraso superior a 90 dias, manteve tendência de queda, ficando em 3,1% da carteira total. E o endividamento das famílias ficou em 47,9% em outubro, com ligeira redução de 0,1 ponto percentual no mês e de 0,2 ponto percentual em 12 meses. (Com informações da Agência Estado)